



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DOS DADOS

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DA ORI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS.

Título:	Política de Privacidade e Proteção de Dados da ORI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS (“ORI CAPITAL” ou “Sociedade”).
Edição:	1ª Edição/2022
Área Responsável:	Diretoria de Compliance
Responsável:	Adriano G. Oliveira
Descrição da Política:	Trata-se de Política de Privacidade e Proteção de Dados da ORI CAPITAL, contendo as principais políticas, regras e diretrizes da Sociedade, sobre privacidade e proteção de dados pessoais.
Aplicação:	Aplica-se à diretoria, a todos os colaboradores, empregados temporários, trainees e estagiários da ORI CAPITAL, que devem ler, compreender e cumprir integralmente todas as suas regras.
Data de aprovação:	22 de agosto de 2022.
Aprovado por:	Diretoria Ori Capital.
Data da Publicação:	24 de agosto de 2022.

Sumário

Glossário	4
1. Introdução e Objetivo.....	5
2. Requisitos Legais.....	5
3. Abrangência.....	6
4. Princípios	6
5. Da coleta e acesso aos Dados dos Clientes	6
6. Das hipóteses de tratamento.....	7
6.1. Legítimo Interesse	7
6.2. Consentimento do Titular	8
7. Do armazenamento e conservação dos dados	8
8. Do Compartilhamento dos Dados.....	10
9. Dos Direitos do Titular	10
9.1. Do exercício desses direitos	11
10. Das obrigações dos Colaboradores no acesso aos Dados.....	11
11. Incidentes de Segurança.....	12
12. Da Eliminação dos Dados.....	13
13. Medidas de Segurança da Informação	13
14. Treinamento	13
15. Alteração da Política de Privacidade.....	13
ANEXO I.....	14
ANEXO II.....	15

Glossário

Agentes de tratamento: o controlador e o operador;

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Colaborador: todos os funcionários permanentes ou temporários, sócios, conselheiros, diretores, estagiários, jovens aprendizes e determinados terceiros contratados, alocados ou não nas dependências da ORI CAPITAL;

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Cotista: é a pessoa física ou jurídica que possui uma fração do capital (cota) que compõe um fundo de investimento;

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado Pseudonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

Finalidade do tratamento de dados: motivo para a coleta, armazenamento, acesso e descarte dos dados pessoais;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Transferência internacional de dados: é a transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro (Art. 5º, XV, LGPD);

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Manutenção dos dados pessoais: manutenção dos dados após a execução do serviço.

1. Introdução e Objetivo

A Ori Capital é Administradora de Carteiras de Valores Mobiliários, e como tal, não trata dados pessoais em sua atividade principal. Isso porque, antes de receber os dados encaminhados pelo Distribuidor, estes passam pelo tratamento de pseudonimização, fazendo com que o contato da Ori Capital seja apenas com informações descaracterizadas (pseudonimizadas) que não possibilitam a associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Entretanto, em decorrência de ter em sua cultura o atendimento personalizado e mais próximo a determinados cotistas, a Ori Capital eventualmente poderá ter acesso a nome e CPF do cotista para solicitar a liberação de fundos nas plataformas dos Distribuidores (mediante intermediação de abertura de cadastro nestas Distribuidoras), circunstância que será previamente autorizada e requisitada pelo respectivo cotista.

Estes são os únicos dados que a Ori Capital poderá ter contato, que, como exposto anteriormente, decorrerá de atividade extraordinária de atendimento personalizado a determinados Cotistas.

Demonstrando o compromisso e respeito da Sociedade em resguardar a privacidade dos Cotistas, Parceiros e terceiros interessados, bem como buscando valorizar a confiança destes na Sociedade, a ORI CAPITAL elaborou esta Política de Privacidade e Proteção de Dados (“Política”), como base nas leis de privacidade de dados aplicáveis e a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”).

Essa Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais explica como a Ori Capital Gestão de Recursos (“Ori Capital” ou “Sociedade”) coleta, usa, compartilha e de outra forma trata Dados Pessoais dos titulares que com ela se relacionam.

A política também servirá como salvaguarda da privacidade e do tratamento adequado dos dados pessoais dos titulares, Colaboradores, Parceiros e Terceiros, bem como garantirá o conhecimento notório das boas práticas adotadas pela Ori Capital, as quais devem ser obrigatoriamente seguidas, a fim de prevenir conflitos e violações à legislação brasileira.

2. Requisitos Legais

Para a elaboração desta Política, a Ori Capital levou em consideração as legislações vigentes aplicáveis, a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados), o Código Civil de 2002 e sua Lei de Introdução, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei do Marco Civil da Internet), bem como a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

3. Abrangência

Esta Política faz parte do programa de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados que iniciou com a elaboração do Relatório de Impacto à Privacidade. Esta Política aplica-se a todas as informações pessoais coletadas, armazenadas e tratadas pela Sociedade, em qualquer formato, seja eletrônico ou físico.

Deve ser observada por todos os Colaboradores, permanentes ou temporários da Ori Capital, o que inclui os sócios, conselheiros e diretores, alocados ou não nas dependências da Sociedade, em conjunto com as demais Políticas da Ori Capital.

Os Colaboradores da Sociedade serão pessoalmente responsáveis por ler, compreender e cumprir integralmente as previsões desta Política, aderindo a ela por escrito, por meio da assinatura do Termo de Adesão à Política de Privacidade e Proteção de Dados da Ori Capital.

4. Princípios

Todo tratamento de dados exercido pela Ori Capital, necessariamente, observará os seguintes princípios:

- **Finalidade:** o tratamento dos dados pessoais será realizado conforme propósitos específicos da Sociedade.
- **Necessidade:** o tratamento feito pela Ori Capital será realizado tratando o mínimo de dados pessoais necessários para atingir o fim informado.
- **Adequação:** os dados coletados e tratados pela Ori Capital serão compatíveis com a finalidade.
- **Segregação:** somente os Colaboradores necessários à execução da finalidade projetada terão acesso aos dados. A arquitetura lógica dos diretórios da Ori Capital mantém segregação dos dados conforme o departamento responsável.

O Cotista, cujo dado será tratado em situações excepcionais, receberá um termo denominado Protocolo do Titular (“Anexo I”), em que serão informados sobre o tratamento dos seus dados pessoais e os direitos que poderão exercer.

5. Da coleta e acesso aos Dados dos Clientes

Na execução de suas **atividades principais**, a Ori Capital não manuseia e nem coleta quaisquer tipos de dados pessoais. Portanto, a execução do objeto social *per se* não depende do tratamento desses dados.

No entanto, eventualmente, como **atividade acessória**, buscando estabelecer atendimento personalizado com determinados Cotistas, a Ori Capital pode ter acesso a nome e CPF do citado titular. Isso ocorre no momento da liberação de fundos nas plataformas dos Distribuidores, circunstância que sempre será precedida de requisição e autorização do titular, e os dados inicialmente coletados são eliminados na sequência.

Em todo caso, o tratamento dos dados pessoais na prestação de serviços tem caráter excepcional, temporário e sob demanda, posto que ocorre somente após solicitação do próprio titular/cotista.

Após as devidas transações, os dados pessoais são transmutados em “Código PCO”, tornando-se anonimizados, circunstância que será detalhada no item “6. Das hipóteses de tratamento”, sendo os Dados Pessoais Identificáveis eliminados, exceto o nome do Cotista, que, conforme descrito no item abaixo e seguintes, a Sociedade o reservará em rede separada e protegida, cujo acesso ficará disponível somente ao Diretor Estatutário de Risco da Sociedade.

Importante ressaltar que os únicos cotistas que esse tipo de ação pode ocorrer, são os originados pela própria gestora, também conhecidos como Clientes “*White Label*”. Todos os demais clientes, originados pelos distribuidores, a Ori Capital não possui absolutamente nenhum dado a não ser os informados anteriormente.

6. Das hipóteses de tratamento

Entendemos que nossa atividade não nos coloca como Controladores de dados pessoais, uma vez que nós não temos a faculdade de apontar quais dados são necessários, o motivo do acesso e os meios corretos para o tratamento; assim, nesta função, exercemos a figura de Operador de dados, nos termos da LGPD.

Nesse cenário, analisando o âmbito da atividade de gestão de recursos desenvolvida pela Sociedade, foram identificadas as situações abaixo elencadas que, de forma geral, poderão ser objeto de Tratamento pela Ori Capital, na qualidade de Operadora, e, em sendo o caso, deverão observar as regras contempladas nesta Política.

6.1. Interesse Legítimo e Execução do serviço contratado

A Ori Capital realizou Relatório de Impacto à Privacidade e conforme a estrutura das atividades executadas, concluiu que a coleta dos dados pessoais (nome e CPF) se justifica pela busca da satisfação de seus Cotistas, a partir de atendimento personalizado, bem como

o alcance de seus resultados operacionais e estratégicos (caracterizado o interesse legítimo da Sociedade).

A respeito do legítimo interesse como base legal para tratamento dos dados pessoais, é importante destacar que a ANPD poderá solicitar a elaboração de Relatório de impacto à proteção de dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial da Sociedade.

Doutro ponto, os dados pessoais coletados são usados apenas para operacionalizar a execução do serviço contratado junto com os distribuidores, não havendo compartilhamento com outros terceiros além daqueles descritos nesta Política de Privacidade (os Distribuidores).

A anonimização e eliminação desses dados encontram-se expostas no item “7. Do armazenamento e conservação dos dados.” e seus subitens.

6.2. Consentimento do Titular

A obtenção de Consentimento por parte do Titular é uma das principais bases legais para o Tratamento de Dados Pessoais. Nessa hipótese, a pessoa física Titular dos Dados Pessoais concede a Sociedade a autorização livre, expressa, informada e inequívoca para o Tratamento de suas informações (“Anexo I”).

Se houver mudanças da finalidade para o Tratamento de Dados Pessoais não compatíveis com o Consentimento original, a Sociedade deverá informar previamente o Titular sobre tais mudanças, podendo o Titular revogar o Consentimento, caso discorde das alterações.

Em todo caso, sempre será observada a proteção dos direitos fundamentais do titular.

6.3. Do cumprimento e adequação às obrigações do ordenamento jurídico

como um todo, em especial das obrigações regulatórias aplicáveis às empresas atuantes no mercado financeiro, às leis relacionadas à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; e/ou às obrigações tributárias.

7. Do armazenamento e conservação dos dados

Conforme relatado acima, os dados serão coletados na hipótese de Interesse Legítimo da Sociedade, e ainda assim, mediante Consentimento do Titular. Os dados pessoais, quando coletados, são transmutados para “Código PCO”, e somente estas informações já anonimizadas são armazenadas no banco de dados da ferramenta Britech.

Isto quer dizer que os Dados Pessoais Identificáveis não são armazenados, e sim eliminados antes do lançamento no sistema.

7.1. Porta de Entrada. A entrada e coleta dos dados é realizada por intermédio do aplicativo Whatsapp, oportunidade em que o Cotista solicita ao Colaborador da Ori Capital a liberação do fundo na plataforma do Distribuidor (intermediação do cadastro na plataforma do distribuidor). Assim que realizada a solicitação, os dados são eliminados.

No tocante ao acesso a sua base de dados por seus colaboradores, importante registrar que nele não são hospedados dados pessoais, apenas o Código PCO dito anteriormente.

Ainda assim, o acesso a base de dados da Ori Capital é concedido de forma segregada. Para a realização das suas tarefas, cada Colaborador recebe uma chave de acesso, extremamente segura, que permite seu acesso ao sistema. As funções no sistema são estritamente relacionadas às suas atribuições. O perfil determina quais são os direitos de acesso às informações.

Os dados são organizados em ambiente seguro da ferramenta Britech.

7.2. Armazenamento das informações. Como exposto acima, após as devidas transações, os dados pessoais coletados são transmutados em “Código PCO”. Nessa circunstância, desde logo, os dados deixam de ser identificados.

Para exercício de seu interesse legítimo (vide item “6. Das hipóteses de tratamento”), a Sociedade mantém, em rede separada e protegida, planilha com a relação dos Códigos PCO’s vinculados ao respectivo nome, sendo possível, portanto, neste momento, identificar seus titulares.

O acesso a esta planilha é restrito ao Diretor Estatutário de Risco da Sociedade.

Neste cenário, é importante destacar que o armazenamento e suas condições são de pleno conhecimento dos titulares, não havendo expectativa de privacidade e será consignado no Anexo I para assegurar tal afirmação.

7.3. Desligamento do Colaborador. Não obstante o contato com dados pessoais aconteça de maneira excepcional, a fim de garantir maior proteção as informações, a Ori Capital adotará o seguinte padrão: Sempre que um Colaborador for desligado da Ori Capital, o departamento de TI deverá, com pelo menos uma hora anterior ao desligamento, excluir os seguintes acessos concedidos:

- exclusão de conta de e-mail / exclusão de login de acesso a rede interna/exclusão de conta do Google, Dropbox, / exclusão de conta Skype Ori Capital, se houver /

exclusão da VPN de acesso/retorno de máquina da Ori Capital de uso do Colaborador / comunicado aos clientes e solicitando alteração de senhas de acesso remoto, se aplicável.

Contudo, conforme detalhado no item “7.2. Armazenamento das informações”, vale reforçar que as informações sensíveis, tal como o nome do Cotista, ficam armazenadas em planilha cujo acesso só está disponível ao Diretor Estatutário de Risco da Sociedade, inexistindo possibilidade de qualquer Colaborador acessá-la.

8. Do Compartilhamento dos Dados

A Ori Capital, ocasionalmente, e, a pedido do titular, compartilha dados pessoais com o Distribuidor, para que este realize a liberação do produto da gestora para o Cotista em sua plataforma. Este compartilhamento se dá por intermédio de e-mail. Tal compartilhamento é vinculado à finalidade já enquadrada na adequação legal.

Essa liberação só é possível após o cadastro completo do cotista no distribuidor. A Ori Capital não participa dessa etapa, não tendo, portanto, nenhum contato com nenhuma outra informação do cotista que não a informada por ele para liberação do produto.

Além disso, atualmente, só temos esse tipo de ação com um dos nossos distribuidores, o qual realiza a distribuição passiva do fundo. Para todos os demais de disponibilizam ativamente os produtos na plataforma, a Ori não tem nenhum tipo de informação, salvo o Código PCO, ou as informações já citadas dos clientes *White Label*.

A Ori Capital se obriga a manter a fiscalização anual do parceiro (Distribuidor), buscando informações sobre eventuais descumprimentos da LGPD por parte daquele parceiro, bem como exigência da apresentação de sua política de privacidade, além da assinatura anual do termo de compromisso, quando aplicável.

Novamente, consigna-se que o compartilhamento e suas condições são de pleno conhecimento dos titulares, não havendo expectativa de privacidade e será consignado no Anexo I para assegurar tal afirmação.

9. Dos Direitos do Titular

Durante o relacionamento com o cliente, fica claro quais dados são coletados e armazenados, bem como resta evidente a finalidade específica do tratamento.

Assim, entendemos que o escopo do serviço prestado pela Ori Capital, de **natureza acessória**, está dentro do esperado pelo titular e não avança à sua privacidade.

A Ori Capital respeita todos os direitos do titular expressos na legislação, especialmente aqueles descritos na LGPD. A Ori Capital poderá se opor ao acesso ao tratamento dos dados quando tal tratamento puder expor seus segredos industriais e operacionais, métodos de execução etc.

Especificadamente, mediante requisição endereçada ao e-mail institucional, o titular terá direito a:

Acesso aos Dados: a Ori Capital confirmará o acesso por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a (in)existência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos industriais (conforme descrito acima), devendo ser fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias.

Eliminação: eventuais dados pessoais mantidos na Ori Capital terão seu tratamento interrompido e/ou serão eliminados mediante solicitação do titular.

Oposição: o titular tem direito a se opor ao tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, caso o tratamento esteja sendo realizado em desacordo ao disposto na LGPD.

9.1. Do exercício desses direitos

A Ori Capital respeita preferências do Cliente concernentes ao tratamento dos dados pessoais que coletamos. Assim, caso o titular do dado deseje exercer qualquer dos direitos acima mencionados, tirar dúvidas ou pontuar preocupações sobre o uso ou divulgação de informações pessoais, ou não esteja satisfeito em como os dados são tratados e protegidos pela Ori Capital, este poderá entrar em contato através do e-mail lgpd@oricapital.com.br, se identificando com nome completo e endereço de e-mail e especificando o motivo da insatisfação ou qual dos direitos gostaria de exercer.

No caso de algum incidente ou reclamações/preocupações, a Ori Capital investigará e tentará resolver as reclamações e os conflitos a respeito do uso e da divulgação de informações pessoais em conformidade com os princípios enunciados na presente Política e nas outras Políticas e Manuais da Sociedade.

10. Das obrigações dos Colaboradores no acesso aos Dados

Os Colaboradores e Diretores que tiverem acesso aos dados coletados e tratados pela Sociedade com as finalidades já elencadas nesta Política não poderão, em hipótese alguma, fornecer ou repassar os dados e informações coletados e tratados a terceiros sem que haja

qualquer motivo fundamentado e com finalidade específica para cumprimento de obrigações previstas em contrato e obrigações legais.

É vedado aos Colaboradores e Diretores da Ori Capital fazerem uso indevido dos dados a que tiverem acesso. No caso de perda, uso errado, compartilhamento não autorizado dos dados e informações disponibilizados para a execução do contrato, que venha a comprometer as condutas estabelecidas nessa Política, caberá a qualquer Colaborador da Sociedade reportar o ocorrido, para que as providências cabíveis sejam realizadas.

Ademais, aquele que fez o uso indevido do dado a que teve acesso em função de sua posição na Sociedade sofrerá sanções de acordo com a gravidade de seu ato, podendo ser advertido e até mesmo ter seu contrato rescindido com a Sociedade, dentre outros.

As sanções ficarão a cargo da Diretoria, após prévia análise e discussão uso indevido dos dados e informações.

11. Incidentes de Segurança

Questões de observação geral. Considera-se um incidente de segurança da informação, uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, destruição, alteração, divulgação, indisponibilidade ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer tipo de tratamento.

A infecção da estrutura por *software* de sequestro pode levar a perda temporária de disponibilidade, se os dados puderem ser restaurados. No entanto, ainda assim, a notificação deverá ser feita uma vez que há possibilidade de classificar esse incidente como violação de confidencialidade daquelas informações.

Ocorrendo um incidente a Ori Capital levantará uma Avaliação de Impacto à Privacidade (“AIP”) para avaliar o perfil e risco do incidente.

Após a AIP, a Ori Capital definirá se a notificação à ANPD será faseada, uma vez que nem sempre a perícia e ciência da extensão do incidente poderá ser verificada em menos de 72 horas para a notificação do incidente à ANPD.

Em princípio, a violação deve ser comunicada diretamente aos titulares dos dados, no entanto, caso a comunicação individual a todos os titulares se torne um esforço desproporcional, a Ori Capital deverá adotar medidas necessárias para cumprir a notificação. Isso deverá ser definido no relatório da AIP.

A AIP deverá apurar:

- O tipo de violação;
- Número de pessoas afetadas;
- Natureza e volume dos dados;
- Facilidade da identificação dos titulares; e
- Gravidade das consequências do incidente.

12. Da Eliminação dos Dados

Quando de sua ocorrência, a Ori Capital se compromete a documentar a eliminação e forma pelo qual os dados foram excluídos da sua base.

13. Medidas de Segurança da Informação

A Ori Capital utiliza o padrão de mercado para a segurança da sua informação, alcançando maior eficiência através do sistema de backups periódicos e redundância externa.

Internamente, utiliza-se as seguintes estruturas: i) empresa responsável pela infraestrutura da Ori Capital, denominada Britech; ii) sistema Firewall e iii) Antivírus Kaspersky.

14. Treinamento

Os Colaboradores passarão por treinamento anual sobre esta Política, ou em frequência menor, conforme necessidade definida pela Sociedade.

Os treinamentos serão realizados de forma presencial ou remota e os Colaboradores assinarão o Termo de Cumprimento de Treinamento da Política de Privacidade e Proteção de Dados da Ori Capital (“Anexo II”).

Os registros dos treinamentos serão arquivados na sede da Sociedade, informando o conteúdo aplicado, o material e a lista de presença devidamente assinada pelos Colaboradores. Tais arquivos deverão permanecer arquivados por prazo não inferior a 05 (cinco) anos.

15. Alteração da Política de Privacidade

Esta Política foi aprovada pela Diretoria da Ori Capital e entrará em vigor na data de sua publicação.

A Sociedade reserva-se o direito de modificar ou alterar a presente Política, a qualquer momento, para se adaptar às possíveis mudanças normativas e de costumes, desde que de

acordo com o parecer favorável da Diretoria, dado anteriormente a sua publicação para os Colaboradores e terceiros, respectivamente.

Sempre que necessário, a Diretoria revisará esta Política.

ANEXO I

PROTOCOLO DO TITULAR

Prezado, você está recebendo esse protocolo em atenção ao Programa de Privacidade da Ori Capital. Nossa empresa entende que os dados pessoais compartilhados conosco em virtude do

contrato devem ser tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Assim, de acordo com nosso Aviso de Privacidade, a Ori Capital tratará os dados pessoais conforme o texto da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) acrescida das melhores práticas recomendadas por especialistas na área – sempre visando a melhor proteção da sua privacidade.

Este Protocolo do Cliente é uma produção exclusiva da Ori Capital para lhe informar os principais conceitos previstos em nossa Política de Privacidade.

A Ori Capital declara neste momento a finalidade para qual está tratando os dados pessoais, sendo certo que caso o tratamento tenha um outro fim que não este declarado, deverá informá-lo e, se for o caso, adequar a hipótese legal de tratamento ao novo fim pretendido. Ademais, a Ori Capital se compromete a apenas tratar os dados adequados e somente aqueles necessários para o cumprimento da finalidade ora declarada.

Finalidade:

Interesse Legítimo

Consentimento do Titular.

Armazenamento:

Os dados pessoais coletados passam por transmutação, tornando-se “Código PCO”, que, prima facie, não são identificados. No entanto, em plena adequação legal, a Sociedade mantém em rede separada, protegida e de acesso restrito, a relação do “Código PCO” vinculado ao nome e CPF do respectivo cotista, de modo que é possível realizar a identificação de seu titular.

Transferência de dados pessoais:

Ao solicitar nossos serviços, você concorda com o compartilhamento de dados, nos termos de nossa Política de Privacidade, com terceiros de confiança, empresas ou indivíduos com quem a Ori Capital se envolve para fornecer, melhorar, proteger e promover os Serviços.

Canais de comunicação:

Em caso de dúvidas ou comentários referentes ao presente Aviso, ou para questões relacionadas ao processamento de dados pessoais, entre em contato conosco da seguinte forma:

Correspondência:

Aos cuidados de: Ori Capital.

E-mail: lgpd@oricapital.com.br

ANEXO II

TERMO DE CUMPRIMENTO DE TREINAMENTO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DA ORI CAPITAL

Eu, _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, na qualidade de _____ (cargo) na Ori Capital, pelo presente instrumento, atesto que participei do treinamento realizado em _____, sobre o tema “política de privacidade e proteção de dados”.

Data: ____/____/_____

Assinatura: